



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Detoubab Ndiaye
UNEB

A SOCIEDADE CIVIL NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS E SUA EMERGÊNCIA NA ÁFRICA OCIDENTAL: O EXEMPLO DO SENEGAL

**La société civile dans les transitions démocratiques et son émergence en
Afrique Occidentale: le cas du Sénégal**

Resumo: O início dos anos sessenta viu a maioria dos estados africanos aceder a soberania internacional. Esta autonomia é fortemente marcada por convulsões sócio-políticas, nomeadamente o advento do modelo de estado na gestão das sociedades africanas. Este modelo é um produto importado de sociedades industriais e uma fonte de muita violência na África. Com base nessa constatação, diversas concepções do Estado se encontram cada vez mais institucionalizadas, e o vocabulário estadual ocupa a esfera social. O conceito de democracia é o mais frequente no discurso dos novos líderes dos jovens Estados. O conceito da sociedade civil, que acompanha as transições democráticas, também ocupa um lugar significativo nesse novo vocabulário político, ao lado de outros, como a boa governança e o desenvolvimento econômico e social. A concepção da sociedade civil ainda gera uma controvérsia acalorada sobre sua posição no campo político. Está marcada por um problema de concepção e percepção entre os diferentes atores do jogo político. Nesta dificuldade de apreender o conceito de sociedade civil no continente, três grandes questões desafiam o pesquisador na definição dessa noção, que está em voga nas democracias avançadas, mas que tem um problema real de implantação em Estados africanos com fracas experiências democráticas. É sobre sua definição, sua realidade e sua transposição para o sul que sua definição é problemática, porque especialistas e pesquisadores ainda não concordam com uma única definição do conceito. As diferentes abordagens referem-se as considerações particulares de acordo com os especialistas e suas experiências nas áreas geográficas e realidades políticas. A dificuldade de sua realidade e sua transposição está ligada ao seu status como um conceito importado, mas também um símbolo de uma democracia profunda, o que nem sempre é o caso no contexto africano.

Palavras chaves: Sociedade Civil; Democracia; Transição; África.

Résumé: Le début des années soixante voyait la plupart des Etats africains accéder à la souveraineté internationale. Cette autonomie est fortement marquée par des bouleversements socio-politiques notamment l'avènement du modèle étatique dans la gestion des sociétés africaines. Ce modèle est un produit importé des sociétés industrielles et une source de violences en Afrique. Fort de ce constat plusieurs conceptions de l'Etat se retrouvent de plus en plus institutionnalisées, et le vocabulaire étatique occupe la sphère sociale. Le concept de démocratie en constitue le plus fréquent dans le discours des nouveaux dirigeants des jeunes Etats. Celui de société civile qui accompagne les transitions démocratiques, occupe aussi une place non négligeable dans ce nouveau vocabulaire politique, à coté d'autre comme la bonne gouvernance ou encore le développement économique et social. En Afrique, la conception de la société civile suscite encore de vives polémiques quant à sa position sur le champ politique. Elle est marquée par un problème de conception et de perception parmi les différents acteurs du jeu politique. A cette difficulté de saisir le concept de société civile en Afrique trois grandes questions interpellent le chercheur sur définition de cette notion qui est en vogue dans les démocraties avancées, mais qui connaît un réel problème d'implantation dans les Etats africains aux expériences démocratiques encore faibles. Il s'agit de sa définition, sa réalité et de sa transposition au sud. Sa définition connaît un problème parce que les spécialistes et les chercheurs ne sont toujours pas d'accord sur une définition unique du concept. Les différentes approches renvoient à des considérations particulières selon les spécialistes et leurs expériences, les aires géographiques et réalités politiques. La difficulté de sa réalité et sa transposition est liée à son statut de notion importée, mais aussi symbole d'une démocratie poussée ce qui n'est pas toujours le cas dans le contexte africain.

Mots Clés: Société Civile; Démocratie; Transition; Afrique

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

A SOCIEDADE CIVIL NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS E SUA EMERGÊNCIA NA ÁFRICA OCIDENTAL: O EXEMPLO DO SENEGAL

Detoubab Ndiaye¹

Várias razões explicam a emergência em muitos países africanos das organizações da sociedade civil. Na maior parte desses países da África subsaariana, os atores da sociedade civil apareceram para responder às incoerências dos aparelhos estatais no plano nacional e para remediar às políticas econômicas internacionais que têm impactos negativos nas camadas minoritárias. Ao número destes impactos, podemos citar entre outras coisas uma má governança e uma classe política em defasagem com as aspirações sociais.

No início dos anos 60 quando a maior parte dos Estados africanos acedeu à soberania internacional, a sociedade civil não existia. Esta autonomia de hoje é marcada fortemente por perturbações sócio-políticas notadamente o advento do modelo estatal na gestão das sociedades africanas. Este modelo é um produto importado das sociedades industriais e uma fonte que originou as violências pelo poder na África. O ponto forte desta constatação, da existência de várias concepções do Estado, reencontra-se cada vez mais institucionalizada, e o vocabulário estatal ocupa a esfera social. O conceito de “democracia” constitui o mais frequente no discurso dos novos líderes dos jovens Estados. O de “sociedade civil”, que acompanha as transições democráticas, ocupa também um lugar não negligenciável neste novo vocabulário político, ao lado de outro como a “boa governança” ou ainda o “desenvolvimento econômico e social”. Em vários países africanos houve um forte crescimento da organização da sociedade civil nos últimos anos, e esta ocupa um lugar cada vez mais importante no espaço público.

A sua existência é anterior às formas democráticas modernas. Já Hegel a definia como o terreno de encontro dos interesses contraditórios e do mercado, ou seja, o espaço empresarial, com suas ambições, oposto ao Estado, que em princípio deveria se pautar na defesa da coletividade. A concepção hegeliana reencontra a de Karl Marx, de acordo com quem a sociedade civil seria um conjunto de relações intercaladas no mercado. O desenvolvimento das concepções de sociedade civil está ligado à tentativa de produzir uma doutrina de autogestão na França. A fórmula torna-se um emblema para a esquerda não comunista que se distingue pela sua recusa de atribuir um papel essencial à nacionalização das empresas e por atenção que ela leva aos movi-

mentos sociais. Esta concepção econômica subtrai-se aos outros domínios de intervenção da sociedade civil. O seu campo de ação toca o espaço público e a cultura política.

Os atores que dão corpo à sociedade civil encontram-se fora da política, e são compostos por intelectuais que figuram em um bom lugar na construção da sua hegemonia. Também é composta “de personalidades ou organizações não políticas ou sindicais agindo num objetivo não lucrativo em matéria humanitária, de direito humano de democracia e de desenvolvimento econômico, cultural e social” (SECK, 2005, p. 198). As organizações humanitárias como a Cruz Vermelha (CR) Caritas, Amnesty International, RADDHO (Encontro Africano de Defesa dos Direitos Humanos), ONDH (membro da Federação Internacional das Ligas de Direitos Humanos), e as ONG’s em geral. Acrescente-se a este cenário a imprensa, que conta cada vez mais em termos de participação no plano nacional e internacional. A sociedade civil é caracterizada para a associação voluntária, a base de uma vida autônoma ao plano organizacional e expressivo. Ao mesmo tempo dependente e independente do Estado, a sociedade civil às vezes se torna parceira do poder político, e às vezes a fonte de contra poder em matéria de democracia. No caso do Senegal, podemos dizer que a sociedade inspirou a maioria dos vizinhos da região como a Costa do Marfim, Guiné-Conakri, Mali, Guiné-Bissau, Benim e Cabo Verde.

Na África, a concepção da sociedade civil suscita ainda vivas controvérsias quanto à sua posição imediatamente política. É marcada por um problema de concepção e de percepção entre os diferentes atores do jogo político. A esta dificuldade para apreender o conceito de sociedade civil na África três grandes questões interpelam o pesquisador sobre a definição desta noção que está em voga nas democracias avançadas, mas que conhece um real problema da implantação nos Estados africanos com às experiências democráticas ainda fracas. Trata-se da sua definição, realidade e transposição aos países do hemisfério Sul. A sua definição conhece um problema porque os especialistas e pesquisadores não são sempre de acordo sobre uma definição única do conceito. As diferentes abordagens levam às considerações específicas de acordo com os especialistas e as suas experiências, as áreas geográficas e realidades políticas em que estão situados. A dificuldade da sua realidade e a sua transposição é ligada ao seu estatuto de noção conceitual importada, mas também símbolo de uma democracia acentuada, o que não é sempre no caso no contexto africano a exemplo do Senegal.

Embora a sua definição pareça problemática, existe certa fortuna crítica em matéria de reflexão sobre a sociedade civil, acervos que se mostram úteis no estudo das transições democráticas e a sua consolidação nos Estados do terceiro mundo. No Senegal a liberalização da vida política, iniciada nos anos 70, após a instauração do multipartidarismo integral sob o regime de Ab-

¹ Professor DEDC II/UNEB, membro permanente do PPGEAFIN UNEB e do PPGEAF UNEB DEDC II.

dou Diouf durante os anos 1980, trouxe mudanças radicais na vida política senegalesa. Estas mudanças, da mesma maneira que o desenvolvimento de uma imprensa crítica e de associações de defesa dos direitos humanos, a emergência de sindicatos e da institucionalização de eleições concorrenciais, irá traçar o caminho autêntico a uma sociedade civil. Ela tem por função:

De participar plenamente na promoção de uma cidadania ativa, exigente e receptiva às exigências da modernidade política e aberta às condições da sua adoção pelas sociedades que aspiram a aceder. Deve para esse efeito, empreender ações resolvidas de sensibilização e de educação cívica favorecendo uma melhor gestão do projeto democrático ainda cativo boudim dos políticos (COULIBALY, 2006, p. 102).

Por esta função, ela guia as populações a se apropriar dos mecanismos da democracia participativa. Neste domínio preciso o compromisso da sociedade civil e o seu dinamismo são necessários. Ela impulsiona as reformas necessárias e desenvolve a avaliação indispensável na concepção dos procedimentos e a condução das diligências que efetuam à uma nova cidadania. Este ponto de vista normativo da concepção de uma sociedade civil autêntica e ideal não se traduz sempre nos países em vias de desenvolvimento, onde as organizações da sociedade civil são confrontadas com problemas de financiamento. Não dispo de sempre os meios da sua política, a sociedade civil oeste-africana permanece tributária da cooperação internacional e as condições postas pelas organizações parceiras e o Estado. Aqui se entende frequentemente por sociedade civil, as ONGS e outros movimentos sociais que lhes são quase conexos, e são para a maior parte dos organismos externos ao poder político. Estas estruturas são implicadas bem frequentemente na luta para a promoção dos direitos humanos, dos direitos diversos e específicos e da formação à cultura democrática.

Este não é suficiente para concluir a existência a uma sociedade civil no sentido clássico do termo. Estes movimentos estão frequentemente longe de produzir uma real influência nas esferas da política e desenvolver impactos evidentes na condução do projeto democrático nacional. A realidade é que a sociedade civil reside ainda ao estado embrionário. Articular a problemática da sociedade civil e democracia no Senegal, por exemplo, retorna a se interrogar se a existência de uma sociedade civil dinâmica é garantia de uma democracia sã? Existe democracia verdadeira sem sociedade civil dinâmica e engajada? Estudar a sociedade civil consistiria em opor esta às políticas, ao Estado e as suas instituições? Frequentemente colocada em dúvida no continente africano, seria desejável pintar o ideal de uma sociedade civil para os povos africanos, e para o Senegal, que tem empreendido por muito tempo a experiência da democracia. O Encontro Africano de Defesa dos Direitos Humanos e o Fórum Civil serão sem dúvida as organizações sobre as quais se apoiará a presente análise.

A articulação sociedade civil e democracia encontra a sua importância no fato da democracia é o regime para o qual tendem a maior parte dos povos. Permite uma melhor participação das populações na gestão dos negócios da cidade. Realizada por teóricos do contrato social que são Rousseau, Hobbes e Locke, a democracia se consolidará no meio do século VIII após a Revolução francesa e inglesa. É fundada sobre a liberdade individual e a igualdade jurídica, implica o sufrágio universal, o pluralismo e o relativismo político. De acordo com Jean Leca é “*característica das sociedades que admitem o livre jogo das idéias políticas, econômicas e religiosas*” (LECA, 1996, p. 118). Ela existe, por conseguinte quando se cria um espaço político que protege os direitos dos cidadãos de qualquer potência do Estado. O advento da sociedade civil consagra então o fim do monopólio dos partidos político sobre a vida pública, o fim da dialética poder-oposição e o advento de uma força social viva. Esta força portadora das preocupações dos cidadãos se erija como uma opinião pública madura na frente do poder existente.

Neste trabalho, se trata de identificar o papel desta sociedade no processo democrático, mas também qual medida constitui um contra poder e melhor um freio às derivações institucionais. Permitindo a implicação dos cidadãos, a gestão da coisa pública reencontra-se no centro de um novo impulso em prol da democratização das tomadas de decisão. Após um regresso sobre a gênese deste movimento da sociedade civil, analisaremos a sua transposição ao contexto africano e as suas diferentes componentes pondo o acento sobre o seu estado embrionário. Centraremos a nossa reflexão sobre o papel desta sociedade no processo democrático atual, a sua contribuição em atenção das consciências cidadãs e de sua participação no processo eleitoral e as transições democráticas como no Senegal.

I. A sociedade civil: um acervo democrático

a) A sociedade civil: uma noção transposta

Modernidade política na África é marcada entre outras coisas pela transposição do modelo ocidental de modo de governo e gestão do Estado. Assim, à aurora das transições democráticas se vê aparecer na África organizações fortemente inspiradas da sociedade civil do modelo ocidental. A sociedade civil na África é marcada fortemente pelo seu estado embrionário que faz dela uma especificidade em relação às outras democracias.

- Do estado embrionário da sociedade civil

A sociedade civil nos é apresentada como feita de homens e de mulheres, de todas as condições organizadas ou não que, livremente ou sob a forma de públicos variados, se engajaram em qualquer responsabilidade, face ao Estado ou a qualquer outra autoridade reconhecida, a tomar em carga a procura de soluções de que aos seus olhares e na cidade constituem urgências não ou insuficientemente tidas em conta. É evidente que a sociedade civil poderia desabrochar apenas num sistema democrático onde os cidadãos exprimem livremente o seu ponto de vista perante a gestão do poder. Este tipo de governo novo na África, a sociedade civil que acompanha estas é ainda jovem.

Ela aparece então como um processo geral da apropriação, pelos povos e cidadãos de um país, organizados fora do Estado e outros quadros políticos tradicionais da política, quer dizer o direito à participação da atividade pública para a definição e a determinação da sua condição geral de existência. A forte taxa de analfabetismo na África constitui um freio à emergência de uma sociedade civil dinâmica, onde frequentemente é confundida à sociedade política, e ao Estado. A democracia que é uma noção transposta nos nossos sistemas políticos após as independências é a condição primeira da emergência das organizações da sociedade civil. Esta última sendo nova e pouca conhecida não está terminando de se estruturar na África em todos os contornos. É porque a sociedade encontra uma dificuldade de emergência. Muitos países africanos naufragaram após os anos 60 em regimes ditatoriais devido a ausência de organizações da sociedade civil, e dos partidos da oposição.

Concebido nos países de tradição democráticas sólidas, o movimento e a ideologia que estrutura a sociedade são desconhecidas das populações, contrariamente aos países africanos cujas experiências democráticas são ainda fracas. Estas populações são supostas ser as vanguardas e a componente da sociedade civil. Os membros das organizações da sociedade civil encontram esta dificuldade de e aceitam como defensores dos interesses dos cidadãos perante a qualquer potência do Estado. Então as organizações da sociedade civil encontram uma crise de legitimidade na esfera pública. Ponto de partida da participação dos cidadãos na vida política, o movimento da sociedade civil constitui o fundamento da democracia, enquanto na África e o Senegal em particular, a gestão do poder político permanece unicamente à apreciação das políticas. As populações da base são quanto a elas, são reduzidas a de simples observadores da atividade política ao limite. Nestes países onde a sociedade civil é ainda embrionária, a presença dos cidadãos no campo político não é notável durante os períodos eleitorais.

Após uma quarentena de anos da existência da hegemonia da democracia cristã, os homens políticos italianos dos partidos, tendo uma credibilidade na opinião pública, compreendiam que o pessoal dirigente do Estado tinha necessidade de um sangue novo, de onde a chamada à

sociedade civil, homens e mulheres que não eram profissionais da política e tinham a reputação de serem cidadãos e cidadãs iluminados e justos. É nesta ordem de idéias que emerge a sociedade civil na África no início dos anos 90 com a redemocratização na famosa conferência de La Baule na França.

É o jogo da democracia combinado com o da negociação que, único, permite ao mesmo tempo a expressão plural da sociedade civil e o ajustamento recíproco das pretensões contraditórias dos diferentes atores comprometidos cada um numa dinâmica de defesa destes direitos, seus interesses, os seus ideais morais. Nos países onde a expressão democrática é ainda fraca, os governantes são geralmente hostis às negociações, ao diálogo entre os atores. No caso do Senegal, a sua cultura política é uma mistura de valores e de crenças, compensada por uma propensão no debate, o jogo político e por uma concepção do poder que depende mais sobre a interdependência dos atores (ainda que estas relações sejam notadamente desiguais devido à falta de maturidade das organizações das sociedades civis).

A emergência da sociedade civil também é travada pelo fato dos cidadãos encontram-se separados da esfera política. Existe um desvio enorme entre as organizações burocráticas do Estado e a sociedade civil. Na África e o Senegal, a classe social não apreende sempre o seu papel na gestão do Estado. Embora a democracia representativa exija que o povo delegar os seus poderes aos seus representantes, supostos defender os seus interesses, as organizações da sociedade civil participam a emergência de uma gestão participativa dos negócios públicos.

- O papel dos intelectuais na emergência da sociedade civil

A noção de sociedade civil conhece freqüentemente erros de qualificação. A maior parte dos casos são assuntos isolados ou apressadamente organizados que, espontaneamente, se auto-proclamam “sociedade civil”. Às vezes também é certa imprensa que, deliberadamente, batiza um grupo ou uma comunidade sob a mesma denominação. A designação se aplica a um objeto leve, uma entidade coletiva à configuração vaga, em função das circunstâncias de aliança, da oposição ou da distanciação em relação ao jogo político. Gramsci é interessado rigorosamente ao papel dos intelectuais na sociedade, dizia-se notadamente que todos os homens são intelectuais, mas que todos não têm a função social de intelectual. A marca primeira do intelectual é um fato do seu compromisso. Os intelectuais não devem limitar-se à produção de discursos como isso é ainda muito freqüente na África, mas devem se implicar na organização de práticas sociais e políticas. Estes intelectuais orgânicos não descrevem simplesmente em função de regras científicas, mas exprimem antes as experiências e os sentimentos que as massas não poderiam exprimir por

elas mesmas. A necessidade de criar uma cultura limpa aos trabalhadores deve pôr-se em relação com a chamada de Gramsci para um tipo de educação que permita a emergência de intelectuais que compartilham as paixões das massas e formando assim a base verdadeira de uma sociedade civil.

A teoria da hegemonia de Gramsci é inseparável da sua concepção do Estado capitalista, do qual ele diz que ele dirige pela força e o consentimento. O Estado não deve ser compreendido como o único governo, Gramsci distingue duas grandes partes: “a sociedade política”, lugar das instituições políticas e o controlo constitucional legal (a polícia, as forças armadas, o sistema legal); “a sociedade civil”, que podemos designar-se como a esfera privada ou não estatal, e que inclui a economia. A primeira é governada pela força, o segundo pelo consentimento. Gramsci precisa, contudo que esta distinção é, sobretudo, conceptual e que as duas esferas se recortam frequentemente.

Os intelectuais concebidos como a franja iluminada da sociedade, constituem o pedestal da sua existência e a sua vitalidade. *“Em se inscrevendo numa ótica positiva da inserção e de ação social sob a proteção dos direitos humanos da pessoa, de Estado de Direito, da democracia em geral, o intelectual africano se compromete também à assegurar certa representatividade a fim de melhor gerir a sua condição e finalizar a sua ação”* (DIAGNE, 2000, p. 21).

O intelectual senegalês e africano deverá contar com simbolismo místico político do poder e ao mesmo tempo um largo representatividade - exceto os partidos políticos - as associações, clubes, círculo de reflexão ou corrente de pensamento. O debate intelectual, a reflexão deverá ser ao centro das organizações da sociedade civil. É a soma destas reflexões e destes debates que tenderão a remar contra a maré, no caso de ser necessário, do Estado enquanto instância de decisão. Os intelectuais entram então em convergência com outros pólos de influências sociais afirmados nos seus princípios apolíticos e desempenhando um papel determinante no equilíbrio dos jogos e desafios públicos. É assim como os comerciantes, artistas e todas as outras componentes da sociedade civil clássicas podem ver-se aderir aos intelectuais, para fins de uma aposta em comum do seu poder de influência e da sua capacidade de ação.

Além disso, não é imaginável reduzir a sociedade civil ao microcosmo dos grupos ou individualidades instruídas, influentes sob algum relatório ou vivendo um meio urbano, com a constância de não ser implicados no jogo político, como aquilo pode ser o caso para os sindicatos. A intelligentsia senegalesa, chamada desde os inícios da colonização agrupa “evoluídos ou intelectuais” contribuiu para dar forma à sociedade civil, portadora das queixas das populações. Ela foi à origem de toda uma corrente de ideias que, para ser instaladas na contradição e o conflito, tornaram-se uma dimensão importante da sociedade e a cultura senegalesa. A escola de-

sempenhou também um papel importante na formação do intelectual. A perenidade da sociedade civil deve passar por uma escolarização à escola dos futuros herdeiros. Os intelectuais não saberiam estar na margem da composição dos atores da sociedade civil. Em outro lugar, é nos países desenvolvidos onde a educação dos cidadãos adquiriu certo desempenho que as organizações da sociedade civil conhecem um prestígio verdadeiro. Distinguem-se, portanto pela sua implicação no tecido social.

b) Complementaridade entre a sociedade civil e o Estado

A sociedade civil não saberia ser oposta de maneira constante ao Estado enquanto em uma encarnação do poder político. Ela não é composta unicamente de organizações agindo num sentido oposto ao Estado. Estabelecer uma barreira entre sociedade civil e Estado não participa de fazer surgir a mais perfeita noção de sociedade civil. Assim aparece de uma parte parceira do Estado e de outra a relação entre administração central e local e os cidadãos.

- A sociedade civil, uma parceira do Estado

O conceito de sociedade civil pode cobrir um caráter político na medida em que de uma maneira ou outra, ela foi referida ao poder político e ao Estado, de uma maneira geral à esfera política. Esta conotação política permaneceu-lhe ainda hoje tanto no nível do sentido comum quanto aos novos teóricos, a dimensão oposição sendo privilegiada na maioria dos casos. Na linguagem corrente e popular a expressão sociedade civil é utilizada em oposição às políticas da qual se considera geralmente que fizeram falência. Empregada neste sentido tem um caráter informal e global.

De uma maneira geral, tanto ao plano popular quanto ao plano conceptual e teórico. Designa associações, ou grupos organizados. Estes podem ser de várias espécies e ter objetivos específicos, contudo têm conjuntamente situar-se de uma maneira ou de outra em relação ao Estado e de uma maneira geral à política. Estas organizações não são para tanto opostas ao Estado. A colaboração, o diálogo e a comunicação entre representantes legítimos do poder e as instâncias da sociedade civil são institucionalizadas e representadas nas modalidades práticas e usuais de regulamento de conflito entre os grupos de interesse. O Estado, enquanto uma institucionalização do poder controla as relações entre as diferentes organizações e as relações entre ele mesmo e estas organizações. O fato de considerar a sociedade civil como oposta ao Estado corre o risco de desnaturá-la. Assim, o Estado por sua vez, para sentar uma legitimidade e aliviar o espaço social,

solicita a sociedade civil mais próxima dos cidadãos que este último, percebido desde um centro mais ou menos afastado das realidades das populações, sobretudo nas zonas rurais. Nesta parceria, o Estado deixa vastos domínios da vida das pessoas, de modo que estes possam manifestar, ou seja contra as instituições, a fim de promover juntos ao favor de l' economia de mercado das possibilidades de chances igual da vida.

Assim Gheorghe FULGA precisa que “*a colaboração entre o Estado e as organizações não governamentais torna-se assim um princípio das sociedades democráticas atuais, uma garantia que o poder toma em consideração aos interesses dos cidadãos e de agenda real da sociedade*” (FULGA, 2005, p. 215). Os regimes totalitários (onde a dominação sobre o conjunto dos domínios da vida social e sobre a vida dos indivíduos) são definidos também pelo fato que eles bloqueiam ou destroem as formas de manifestação da sociedade civil. Em contrapartida num regime democrático as relações entre as duas esferas tomam outras formas. As instituições do Estado e as componentes da sociedade civil colaboram e se interpenetram freqüentemente. Esta interpenetração favorece a aposta sobre a colocação das instituições de diálogo social. Os recursos da vida associativa ativa no meio da civilização moderna, industrial, diversificam o potencial participativo dos indivíduos num espaço de complementaridade em relação ao Estado.

A sociedade civil introduz uma normatividade alternativa que amplifica as fontes de coesão social e aumenta o registro das escolhas individuais, no que diz respeito aos modelos do comportamento cívico e comunitário. A sociedade civil não pode ser nem o resultado de uma sindicalização dos segmentos sociais, nem uma generalização do espírito sindicalista contrariamente a certa percepção global que tende à opor sistematicamente ao Estado. Enquanto esforço organizacional interno e construção do meio cívico e comunitário, a sociedade civil é o segmento mais ativo e mais responsável do tecido social que se afirma por uma presença reflexiva e uma implicação conseqüente na inovação estrutural e organizacional da sociedade humana.

Esta aproximação entre o Estado e a sociedade civil a diferencia dos partidos da oposição mais propensos a se opor categoricamente aos dirigentes ao poder. A sociedade civil aparece como estrutura mais flexível que os partidos políticos ou os sindicatos. Notem a este nível que o Estado pode passar pela sociedade civil para convidar os partidos que lhe são opostos a debates de caráter nacional.² A sociedade civil pode ser colaboradora do Estado no âmbito da descentralização, que chama à uma gestão participativa das populações de base. O seu papel aqui pode ser percebido em campanhas de sensibilização em relação à mudança institucional. Em modo de

² É o caso do Senegal em 2007 depois do boicote das eleições legislativas pela oposição, protestando da maneira cujo governo e seu partido no poder – o PDS confeccionou as listas dos eleitores, nada confiável segundo a oposição. Após momento de crise e de falta de diálogo, a sociedade civil tentou ser o intermediário entre o governo e a oposição.

exemplo a sociedade civil senegalesa sensibilizou muito os cidadãos no âmbito da política de descentralização.

Esta aproximação se manifesta, além disso, também por uma relação entre o Estado e a sociedade civil. Esta relação fez o objeto de debates intensos à época, sobretudo pelas orientações liberais que sempre alegaram a distinção entre os domínios públicos e privados. Nos países africanos e notadamente no Senegal esta aproximação não é sempre nítida pelo fato que as múltiplas percepções atribuem um estatuto totalmente contestaria à sociedade civil. É uma espécie de negação da política e os seus atores. É freqüente ver uma pessoa reclamar-se da sociedade civil sob o único argumento que não compartilha as visões do poder político. A sociedade civil deve ajudar o Estado em ser um motor de desenvolvimento, mas também constituir uma relação entre o Estado e os cidadãos.

- A sociedade civil como revezamento entre o Estado e os cidadãos

Entre os cidadãos e o poder central, existe muito uma grande distância. Desta distância, a sociedade civil, se coloca como uma relação natural. Os cidadãos fazem aceder às suas reivindicações via as organizações da sociedade civil. Num contexto marcado pela fraqueza dos partidos da oposição, este papel de retransmissões continua a ser reforçado. Os cidadãos que se desviam cada vez mais dos partidos políticos manifestam a vontade de transferir a consideração dos seus problemas às organizações que se dirigem fora dos quadros dos partidos políticos. É o papel que desempenham hoje as numerosas Ong's, das organizações de defesa dos direitos humanos.

O Estado, em contrapartida, é obrigado de passar por esta mesma sociedade civil para uma aplicação eficaz das suas políticas públicas. Quando a lei, instrumento legítimo e meio de ação do poder se revela insuficiente o Estado recorre à sociedade civil como socorros devido à sua capacidade de sensibilização. Por exemplo, no Senegal com o voto da lei sobre a excisão, as organizações da sociedade civil desempenharam um papel importante na campanha de sensibilização para parar com este fenômeno. Embora a lei que proíbe esta prática seja votada na assembleia nacional e promulgada, a prática permanecia sempre nas regiões mais afastadas. Estas populações encontraram com as organizações da sociedade civil retransmissões que puderam sensibilizar sobre o alcance da lei e os perigos da prática. Duas lógicas marcaram o campo social com esta lei. De um lado, as medidas vinculativas da lei, e de outra, a potência persuasiva da sociedade civil.

A sociedade civil desempenha um duplo papel de regulação do Estado e da sociedade, os atores e os quadros organizacionais que são os motores desta dinâmica que podem ser muito va-

riados, mas também alterar de um período a outro. Numa sociedade em movimento onde o processo de construção da nova cidadania acaba de começar, a sociedade civil deve se exprimir constantemente, investir todos os domínios, religá-los à atividade e à vida do Estado, e alegar assim a sensibilidade dos cidadãos na definição das leis e regras. Analisando o conceito, o advogado senegalês Ousmane Seye precisa que:

A sociedade civil deve ter uma definição positiva, ou seja, ativa; deve poder ser a retransmissão desta sociedade que pretende representar junto aos poderes públicos a fim de satisfazer as suas exigências, deve tomar posições as exigências da cidadania da democracia, e porque não do desenvolvimento social, cultural e econômico (SEYE, 1997, p. 12).

Neste papel de retransmissões a sociedade civil deve melhor ser estruturada. A especificidade das sociedades civis africanas é a multiplicidade dos seus órgãos. Os poderes encontram dificilmente o interlocutor devendo servir de retransmissões junto dos cidadãos. Este estado de fato participa a enfraquecer as organizações da sociedade civil que faltam às vezes de sinergia nas suas diligências e os seus combates. Ambas as partes encontram a sua conta nesta parceria. De uma parte o Estado solicitando o apoio das organizações da sociedade civil, mas prova de eficácia na sua política, e tem mais credibilidade no entender da comunidade internacional. De outra parte, a sociedade civil reforça a sua presença sobre o terreno político, o que participa consolidar a sua credibilidade a nível nacional.

II. AS AMBIGUIDADES DO POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO À POLÍTICA

1. Os domínios de intervenção da sociedade civil

A onda de democratização das sociedades africanas, o triunfo incessantemente do liberalismo, permitiu às organizações da sociedade civil de agir sobre vários setores da vida pública. Numa democracia liberal, caracterizada por uma economia de mercado, o desenvolvimento da iniciativa privada é incentivado fortemente pelas políticas. É neste contexto que a sociedade civil encontra o seu lugar no espaço econômico, mas também no espaço político levando assim os governantes a ter em conta os seus pontos de visto na elaboração das políticas públicas de alterar sobre certas políticas públicas.

a) O espaço socioeconômico

A intervenção da sociedade civil no espaço econômico é uma das características das sociedades à democracia liberal. O Estado deixa uma parte importante do seu campo da ação para incentivar os cidadãos a participar na construção do país. A dimensão econômica das organizações da sociedade civil é marcada no Senegal pela presença de associações de mulheres, de GIE (Grupo ou associação de interesse econômico) de associações de produtores, de empresários florestais etc. Estas diferentes franjas da sociedade constituem pesos econômicos que o Estado é obrigado a tomar em consideração nas suas políticas sociais e econômicas. Estas forças sociais se substituem de uma parte ao Estado e constitui uma ponta da saúde econômica do país em certa medida constitui uma estabilidade sócio-política.

Desde o início dos anos 90, assiste-se no Senegal à emergência de condições favoráveis à intervenção da sociedade civil no espaço econômico nacional. Com efeito, ao favor do desengajamento do Estado, do crescimento da pobreza que é a resultante de má governança e das políticas de ajustamentos estruturais das instituições de Bretton Wood (FMI e Banco Mundial), e que favorece iniciativas individuais ou coletivas, individualidades das associações das Ong's de diversas naturezas se multiplicaram na paisagem nacional para responder às necessidades específicas que não são tidas ou mal em conta pelas estruturas estatais. Assim, o liberalismo político de um lado, e o liberalismo econômico do outro, aos quais vieram acrescentar-se a descentralização da administração local, favoreceram uma forte expansão de iniciativas vindas de atores privados.

Com o slogan “Menos Estado, Melhor Estado” (Moins d’Etat, mieux d’Etat) aparecido com as políticas de ajustamentos estruturais (políticas neoliberais), assistiu-se o aparecimento e à consolidação de organizações locais de desenvolvimento. Alguns nasceram se dotando do estatuto de grupo ou associação de interesse econômico (GIE), de organização não governamental (Ong), etc. Outros de tipo informal e tradicional evoluíram de formas legais e mais estruturadas. É o caso das organizações campesinas e as cooperativas das aldeias que evoluem no mundo rural. Tudo isso traduz a necessidade das populações de dotar-se de quadros associativos mais adequados de acordo com o contexto sócio-político do momento a fim participar melhor na mudança social e de ocupar novos espaços de expressão.

No contexto senegalês caracterizado pela massificação da pobreza, do analfabetismo, as divisões étnicas, as discriminações ligadas ao sexo etc., a sociedade civil fez um combate global de reativação da economia. Os grupos de interesse econômico (GIE) compostos geralmente de associação de mulheres ocupam um lugar importante na consideração da dimensão desse tipo. Estas organizações agem numa perspectiva de defesa dos interesses da mulher frequentemente relegada ao segundo plano na luta contra a pobreza. A situação da mulher no Senegal é pouco

invejável. É desfavorecida largamente pelo sistema sócio-cultural, econômico e político enquanto ela deve ser um ator econômico e um agente incontornável do desenvolvimento. Esta tomada de consciência das mulheres que constituem uma franja importante da sociedade civil é honrosa em relação à sua intervenção nas PME (pequenas e médias empresas).

Neste caso o combate das mulheres intelectuais que se movimentam na sociedade civil é salutar e vai ao encontro da ideologia dominante nas sociedades patriarcais trazidas por Christine Zoé Nare:

De acordo com a ideologia própria às sociedades patriarcais, a subordinação da mulher ao homem não devia ser econômico, devia ser jurídica, social e psicológica porque a imagem da mulher não é valorizada que nas suas funções de mãe e da esposa. Não deve ser empurrada ao sucesso nos domínios que é a caça guardada dos homens como o domínio econômico, público, as esferas do poder qualquer coisa que o sucesso no sistema educativo contribuiria para tornar possível (NARE, 1997, p. 66).

É participando ativamente na mudança das suas condições da existência material que a mulher altera o sentido do olhar que a sociedade tem sobre ela. A esse respeito, Karl Marx recorda que:

Os relatórios jurídicos bem como as formas do Estado não podem eles mesmos, nem pela suposta evolução do espírito humano, mas que eles tomam pelo contrário as suas raízes nas condições de existência material cujo Hegel ao exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII compreende sob o nome da sociedade civil e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada por sua vez na economia política (MARX, 1957, p. 04).

O peso econômico da sociedade civil favorece a sua credibilidade em frente à sociedade política e reforça a sua capacidade de ação junto das políticas de onde o lugar preponderante das mulheres e dos jovens na sociedade civil senegalesa constituindo a maioria social. A economia informal não é somente uma reação às insuficiências da economia oficial no interior de um país qualquer. Ela tem se tornado um processo numa reação do que se chama hoje a globalização que é um processo da unificação dos mercados. A esse respeito à economia informal na qual se dirige a sociedade civil do país participa parcialmente na defesa dos interesses nacionais batidos em brecha pela mundialização.

Na linguagem política atual a sociedade civil ideal se quer um conjunto harmonioso de cidadãos conscientes e ativos. Esta consciência política e atividade cívica se opõem ao condicionamento que provem inevitavelmente das instituições e do Estado em especial. A questão da economia informal e a da sociedade civil são comparáveis porque as duas expressões retornam à práticas de substituição. Com efeito, o fracasso da economia oficial traduz-se no desemprego maciço e um número crescente de excluídos cujos inventivos procuram uma solução de substituição que é também uma solução de sobrevivência na economia informal.

Além disso, após os fracassos da construção do socialismo e da colocação do comunismo, ocasionados pela potente subida do liberalismo, o recurso à sociedade civil como uma solução de substituição é sugerido pelo curso da história. Para esse efeito, o discurso do presidente François Mitterrand tido na conferência de La Baule em 1990 na França, exortava os Estados africanos a ter em conta todas as componentes da sociedade na luta para o desenvolvimento. Nas pesquisas sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (1776), Adam Smith expõe a sua teoria de uma distinção fundamental entre o político e o econômico, em outros termos o Estado e a sociedade civil que é o campo de relatórios fundamentais gerados entre os indivíduos pelas atividades do comércio e da indústria.

De acordo com Marx e Engels, a sociedade civil toma o conjunto dos relatórios materiais dos indivíduos no interior de uma fase de desenvolvimento determinada das forças produtivas. Ela abraça o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa e ultrapassa por lá mesmo o Estado e a nação ou sociedade moderna, bem que deve, além disso, se afirmar ao exterior como nacionalidade e ao interior como Estado. A presença da sociedade civil no terreno econômico retorna à concepção hegeliana, teorizada por Dominique Colas, de batalha do interesse privado individual de todos contra todos, assim como o conflito deste interesse com os interesses específicos e as disposições do Estado. A sociedade civil seria neste caso um campo de batalha das classes sociais e dos diversos grupos sociais para o controle do poder que pode conferir o lucro, e o controle dos diversos recursos que o geram. Finalmente, apesar das numerosas tomadas de decisões relativas à promoção econômica das organizações da sociedade civil, falta muito porque a sua aplicação não está sempre efetiva no domínio político para a promoção democrática e econômica.

b) O espaço político

A sociedade civil como diretriz das consciências cidadãs investe, ao lado do espaço econômico, o espaço político. Marcado por uma superioridade do Estado e dos atores do jogo político notadamente os partidos políticos e os grupos de pressões, o espaço político dá à sociedade civil o seu campo de ação. Assim se explica a associação estreita entre democracia e liberdade de expressão garantida pela presença de uma sociedade civil dinâmica. Nos países subdesenvolvidos, como o Senegal, por exemplo, marcados por experiências democráticas ainda fracas, tentou-se conceber a sociedade fora da esfera política para guardar a qualquer potência do Estado. Os primeiros líderes procuraram a consolidar o Estado-Nação em detrimento da abertura democrática.

A sociedade civil leva os pedidos e as reivindicações dos cidadãos e interpela as instâncias de decisão públicas. Esta ausência de fronteira entre a sociedade civil e a sociedade política, faz que esta possa aparecer também como um lugar não somente de refúgio de personalidades desiludidas da classe política, mas também uma estratégia de redefinição das estratégias de reapropriação por esta ao campo social para reforço do seu poder de negociação em frente aos outros atores da classe política. Conseqüentemente a sociedade civil corre o risco de ser o refúgio de homens políticos que fracassaram na competição, ora este estado não é o objetivo da sociedade civil. Investindo o espaço político, ela procura ser mais influente junto aos poderes políticos evitando ao mesmo tempo de ser instrumentalizada pelos partidos da oposição. Tentando ser conquistada pela classe política que procura à instrumentalizá-la devido à força social potencial que ela pode representar, a sociedade civil por uma tomada de consciência daquilo e do fato que ela é fonte real de produção de uma opinião pública que pode ser forte sobre problemas e situações que cobrem um interesse para o cidadão, para a nação, para o Estado, vai procurar reapropriar (própria) esta força politicamente.

A intervenção da sociedade no espaço político mede-se nas suas tomadas de posição sobre os problemas sociais ou de interesse nacional cobrindo um caráter político certo, o que vai contribuir para fundar como um pólo no entender da sociedade política. O campo social, com o advento de uma sociedade civil forte e que afirma politicamente, torna-se o ponto de vista do interesse que ela representa na emergência das mentalidades, o equivalente do campo político considerado até lá como o único pólo de proposta e de luta para tal perspectiva. Esta aproximação entre a sociedade civil e a sociedade política do ponto de vista da sua função de canalização e representação das aspirações das populações às mudanças, se' explicam pela grande semelhança entre os itinerários políticos e sociais dos líderes da sociedade civil e dos líderes políticos. Estes líderes em geral participaram no passado às mesmas lutas sociais, aspirados aos mesmos ideais para uma sociedade mais justa, sofrido as mesmas repressões, todas as coisas que podem contribuir para forjar neles o mesmo tipo de sensibilidade.

A sociedade civil estende-se então plenamente no espaço político pela natureza política das suas intervenções. Chega, contudo que esta aproximação entre as duas realidades constitui um perigo quando facilita alianças entre partidos políticos e organização da sociedade civil. Mais a sociedade civil manifesta aparências que a aproximam com a sociedade política, mais a sua neutralidade fica duvidosa. Com o advento da descentralização a presença da sociedade civil no espaço continua a ser primordial. A descentralização que um processo pelo qual o Estado central transfere às coletividades locais às competências que lhe eram antigamente atribuídas e cuja finalidade é permitir uma gestão eficiente dos recursos locais, constitui um terreno favorável ao de-

envolvimento da sociedade civil. A sociedade civil e os cidadãos têm maior visibilidade dos centros de decisão no contexto da descentralização, porque estes são mais próximos, mas tão mais numerosos e mais diversificados.

Assim, com a descentralização, a sociedade civil, devido à forte pressão que ela constitui, encontra mais de possibilidade de ser considerada seriamente pelas instituições do Estado, das coletividades locais. Estes últimos serão colocados na frente da dupla necessidade, para governar, de ter em conta as iniciativas à base e servir-se da sociedade civil como retransmissão política ou aliada das populações locais. A presença no espaço político da sociedade civil no contexto de descentralização permite à este último de conduzir mais facilmente as autoridades a responder às esperas das populações por uma consideração das suas queixas e a sua tradução em condições operacionais. A este nível, a sociedade civil dota-se de um quadro estratégico de troca e de concertação à escala local. Deste ponto de vista, a descentralização favorecendo uma consideração mais rápida dos problemas dos grupos sociais para o Estado e os seus desmembramentos, participa na emergência das condições de uma boa governança que constitui uma das prioridades da organização da sociedade civil e da sua presença no espaço político.

Para tanto que ela integra o espaço político, a sociedade civil não deve em caso algum derreter-se em cálculos políticos para efetuar as suas atividades. A credibilidade da sociedade civil deve residir de sua forma de ser apolítica e a sua autonomia de gestão. A confusão entre sociedade política e sociedade civil lança as referências de um totalitarismo na medida em que, nestes países os partidos da oposição são reduzidos ao silêncio devido à repressão que eles sofrem por parte da potência estatal. Num regime onde as organizações da sociedade civil não guardam o seu lado apolítico face ao poder, o campo de ação dos dirigentes no poder se aumenta e emerge com eles todas as premissas de toda potência estatal. A sociedade civil deixa de ser neste caso um contra poder. Num contexto de diminuição em causa da sociedade política tendo em conta todos os fracassos que este último conheceu nos países do Sul na tomada das demandas sociais. A sociedade civil apolítica guarda uma imagem que valoriza. A democracia deve ser representativa, as forças políticas, os partidos em especial devem ser ao serviço de interesses sociais e não se servir deles mesmos. A realidade é outra nos países africanos. Nestes países, a sociedade civil, devido à fraqueza dos seus meios, frequentemente é sempre pintada de pertença política. E não é raro para esse efeito ver atores de a sociedade civil integrar a formação governamental no Senegal. Portanto, devido às numerosas vantagens que há, os atores tendem a esbater a sua luta para a salvaguarda da democracia.

A esta constatação, a sociedade política absorve pouco a pouco a sociedade civil portadora das aspirações das populações. Assim, se o poder político não encontra fronteira, dilata-se e

enfraquece todas as forças que a sociedade detinha para limitar o seu poder. Quando a sociedade civil se politiza, as reivindicações e as contestações das populações continuam a ser relegadas ao segundo plano por um Estado que a passividade dos cidadãos conforta nas suas posições. Nesta mesma ordem de ideias, Alain Touraine precisa que:

O problema mais urgente é de dirigir para o sistema político as reivindicações e as contestações e utopias que tornariam a nossa sociedade mais consciente ao mesmo tempo das suas orientações e os seus conflitos. Sofremos quase por toda a parte de uma falta de conflito, o que cria uma cintura de violência ao redor de um sistema político que se crê pacificar porque ela transformou estas reivindicações internas em ameaças externas e porque ela é mais preocupada para a segurança que a justiça e de adaptação que a igualdade (TOURAINÉ, 1994, p. 91).

Perdendo a sua dimensão apolítica, a sociedade civil se fragiliza e fragiliza a democracia quando as suas observações deixam de ser ligadas ao interesse geral dos cidadãos, mas antes a uma coloração política. *“É necessário interrogar-se em termo mais diretamente político se as ideias e as forças políticas que chamam ao povo são sempre democráticas (...) é em nome da esquerda, do povo, da classe operária, e da democracia própria que a democracia foi destruída”* (TOURAINÉ, 1994, p. 91). A politização e a instrumentalização freqüente na África acabaram de lançar as balizas do poder absoluto dos Estados. Assim o poder absoluto utiliza os indivíduos e as comunidades como recursos e instrumentos e não como conjuntos que possuem autonomia de gestão e personalidade coletiva. A pertença comunitária é a face defensiva de uma consciência democrática que contribui para libertar o indivíduo de uma dominação social e política. Poderia se discorrer sobre a dominação política quando o Estado absolutista não encontra forças opostas que poderiam parar. Alguns chamam “democrática”, a prioridade dada às realidades sociais sobre as realidades políticas; outro, pelo contrário, afirmam que é na ação política que se constituem democraticamente a relação social e, por conseguinte a identidade coletiva.

Com efeito, a democracia seria a complementaridade destas duas afirmações; de onde a importância das organizações da sociedade civil a apreenderem-se das realidades sociais e levá-los aos centros das decisões; e isto não é possível que com uma sociedade civil apolítica e dinâmica. Nenhum princípio tem importância mais central na ideia democrática que a limitação do Estado, que deve respeitar os direitos humanos fundamentais. Além disso, como esquecer que o adversário principal da democracia nos países africanos não é nem a monarquia ou a dominação de uma oligarquia de proprietário fundiário e feudal, mas o totalitarismo presente na ausência de uma sociedade civil dinâmica ou em presença de uma sociedade civil politizada. A limitação do poder político nasceu da aliança de direito natural e a da sociedade civil, concebida ao início como a sociedade econômica cujos atores afirmam a liberdade de empreender, de trocar e de exprimir as suas idéias. Sem esta liberdade, a idéia dos direitos fundamentais teria continuado a ser meramente crítica.

Conseqüentemente, o combate da sociedade civil para a promoção da democracia é incompatível com a identificação da sociedade civil a um partido político ou uma aliança forte com o Estado. Se confundirmos a sociedade política com a sociedade civil, não se vê mais como pode ser criada uma ordem política que não seja a simples reprodução dos interesses da classe dominante: a classe política. Esta confusão pode conduzir o Estado a deter só a responsabilidade de assegurar a unidade de gestão da sociedade. E neste caso permanece pouco lugar à democracia. A essa situação pode ser aplicada o pensamento do italiano Antonio Gramsci, em sua distinção básica entre sociedade civil e sociedade política. O que em Marx recebe o nome de superestrutura, ou seja, o conjunto cultural-ideológico, Gramsci reconhece como constituído por duas instâncias:

(...) o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isso é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (...)
(GRAMSCI, 1991, p. 10-11).

Se em Marx o determinante é o conjunto de relações econômicas, Gramsci crê na autonomia da sociedade civil, esse espaço de ação de sujeitos privados, cuja principal característica são as idéias que produzem e a cultura a que pertencem. Como afirma Jorge Correa Sutil, no atual contexto, os processos de decisão passaram para os mercados, em prejuízo dos pobres (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.295). A revitalização da sociedade civil e de valores livres de interesses econômicos pode significar uma reversão desse processo. Para Gramsci,

o momento ético-político, enquanto momento da liberdade entendida como consciência da necessidade (isto é, das condições materiais), domina o momento econômico, através do reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado. (BOBBIO, 1982, p. 39).

Diante da atual crise social, o objetivo desejado de que fala Gramsci deve ser a promoção de justiça, paz e cidadania. É o que tem feito organizações da sociedade civil, em associações como as ONGs, seja pressionando o poder público ou tomando iniciativas próprias. De acordo com essa concepção, valores como liberdade, igualdade e justiça valem mais que os interesses individuais de lucro. Cabe-nos pensar os instrumentos que passam ou podem passar a ser utilizados nessa luta. A separação entre o Estado, o sistema político e a sociedade civil obrigam a definir a ordem política como uma mediação entre o Estado e a sociedade civil. O ideal apolítico da sociedade civil largamente contestada no Senegal deve permanecer a pedra angular sobre a qual deve se articular a sociedade civil. Além de apolítica, a sociedade civil deve ser marcada fortemente pela sua autonomia de gestão.

2. O papel da sociedade civil no processo eleitoral

a) **A luta para a transparência**

Numa democracia a eleição dos representantes do povo constitui um momento essencial na vida da nação e as suas instituições. Ela (a eleição) chama uma escolha dos representantes do povo nas instâncias de decisão e a veste de legitimidade para ser os portadores de vozes e os defensores dos interesses das populações. A eleição segue um processo freqüentemente longo que deve favorecer a sua transparência. Os agentes do Estado não devem mais ser os únicos a assegurar a preparação da eleição. A sociedade civil deve ser chamada cada vez mais para tomar parte ao processo eleitoral. A sua presença sobre o terreno justifica-se das preocupações de transparências das operações, mas também por uma vontade de formar e de enquadrar as populações sobre os desafios das eleições. A eleição em certos países da África é freqüentemente um momento de confrontações entre facções que acabam de mergulhar o país no abismo. Da inscrição nas listas eleitorais á proclamação dos resultados, passando pelo dia do voto, das contestações e das reivindicações de oponentes vencidos, minam sensivelmente o espaço social.

- A transparência: fator de estabilidade sócio-política

A eleição constitui um modo de designação pelos cidadãos dos seus representantes ou dos seus delegados, ou seja, a escalão local, nacional, ou seja, no âmbito profissional. Ela constitui um modo de participação do cidadão na vida política do seu país. A transparência no processo eleitoral e a organização do voto conferem uma legitimidade aos responsáveis eleitos. A importância dos mecanismos de acesso às posições de poder político mede-se aos conflitos que marcam regularmente as eleições nos países africanos desde o início dos anos 90. A reiteração do princípio eletivo em vários países consagra o reconhecimento da eleição como único médio legítimo de acessão ao poder. A sobrevivência do princípio eletivo indica que os atores políticos sobre o continente, por convicção, necessidade ou conveniência, parecem aceitar de entrar, mesmo recuam, na era democrática. Organizando eleições pluralistas, à periodicidade fixa e datas certas, aceitam, com efeito, de confrontar as suas diferenças, de acordo com uma norma comum, o método democrático.

No Senegal como o resto dos países africanos, as eleições deixam de ser o que “Max Weber chamava das possibilidades de potências” (OLIVIER, 2000, p.23), mas a ocasião de conflitos internos que rasgam a unidade nacional grande ao detrimento das populações. Estes últimos são vítimas do afastamento do desenrolar do processo eleitoral, mas paga as consequências desastrosas das confrontações das quais não são à origem. O início dos anos 1990 vê emergirem nos paí-

ses africanos, organizações se implicando cada vez mais na organização e no comportamento de eleições livres e transparentes. A ação das organizações da sociedade civil foi marcada “*por uma intensificação das lutas e uma contestação cada vez mais violenta dos sistemas autoritários (...) estes movimentos puseram na rua das capitais e principais cidades africanas de novos procedimentos de mobilizações e uma nova temática ideológica*” (DIOUF, 1998, p. 32). A maior parte dos regimes africanos conhece uma crise de legitimidade devido às irregularidades que feriram as eleições de certos chefes do Estado. Com o advento do multipartidarismo nos anos 80 no Senegal, a experiência de eleições pluralistas freqüentemente foi acompanhada de violências pós-eleitorais notadamente as de 1988 e 1993. As eleições de 1993 verão o assassinato de Me Babacar Seye, vice-presidente do conselho constitucional da época. Estas violências freqüentemente são atribuídas aos partidos de oposições cujo mais representativo é o PDS criado em 1976 por Me Abdoulaye Wade. Este partido é apoiado por movimentos procedentes da sociedade. Geralmente os seus apoios são desesperados procedentes de meios desfavorecidos e prontos a enfrentar o regime no poder. Estes movimentos são essencialmente movimentos urbanos animados por jovens desempregados, professores, alunos, estudantes, jornalistas, etc...

Assim, às sequências das eleições de 28 de Fevereiro de 1988, motins estouraram; o que levará um golpe duro à democracia como indica Alioune Badara DIOP “a vitrina democrática senegalesa foi quebrada de maneira recorrente, sob os golpes da raiva, da frustração do desespero e sem dúvida a impotência sociológica dos adversários de Abdou DIOUF a fazer balançar a maioria dos eleitores ao seu proveito: a alternância” (DIOP, 2001). A imagem democrática do Senegal, modelo para A África esteve ferida por estes acontecimentos. A oposição que denunciava a fraude intensificou a sua campanha para uma reforma do código eleitoral. Assiste-se em 1991 à restauração do posto de Primeiro-Ministro que o presidente tivesse suprimido após as eleições de 1983 para reforçar o seu controle direto sobre o governo. Com as ações conjugadas da sociedade civil e l' oposição a reforma do código eleitoral foi efetiva. Esta reforma levou os seus frutos com as eleições de 1993 dado que o PS obterá 58,4% dos votos, o resultado mais fraco registrado pelo partido desde a independência. Apesar destas modificações, o espaço político senegalês não se tornou para tanto estável.

A desculpa absolutória da oposição senegalesa que regularmente enfrentou a repressão policial e os tribunais, com os episódios trágicos dos motins pós-eleitorais de 1988 e 1993, é invariável: os resultados oficiais não refletem a realidade dos relatórios de força reais que lhe seria favorável. A violência eleitoral é uma forma de violência política suscitada pela conquista do poder. O Estado é ao mesmo tempo ambição e orienta (DIOP, 2001, p. 130).

O papel da sociedade civil não deve consistir a aderir-se por trás de um oponente para combater um regime. Deve ser implicada do processo eleitoral incentivando as populações a se inscrever nas listas eleitorais, esclarecer os cidadãos sobre os projetos dos diferentes candidatos para favorecer as escolhas racionais. A criação do observatório nacional das eleições (Onel) em 1998 do qual os membros são procedentes da sociedade civil permitiu eleições transparentes e aliviadas em 1998 e 2000. O onel foi imparcial, mesmo que a oposição se mostrava céptica e pensava a uma utilização deste último pelo partido socialista (PS) para falsificar as eleições de 2000.

A sociedade civil investiu, além disso, o domínio mediático. Em 1994, uma etapa importante foi cruzada em matéria de democracia e de um largo pluralismo institucional com a criação das emissoras de rádios privadas. Estas rádios como Sud FM e Walfadjri FM, produziram um grande número de programas em línguas locais. Estes programas permitiram à população analfabeta de ter acesso à informação e participar no debate político. Estes debates, organizados por muito tempo em língua francesa, na emissora estatal e oficial, a radiodifusão e televisão do Senegal (RTS), deixam a maioria da população numa falta de informações. O diálogo político permanente entre os atores do jogo político e as organizações da sociedade civil, participa da transparência das eleições e, além disso, a estabilidade do campo social. Esta mediação permitiu uma gestão concertada do Estado notadamente na elaboração e a aplicação das políticas públicas. A missão da sociedade civil é, sobretudo a investigação da estabilidade política e a coesão nacional de uma democracia. O processo eleitoral, as organizações da sociedade civil, por conta da transparência, dos princípios de regularidade das listas eleitorais, das regras de convocação do corpo eleitoral, as formalidades dos votos. A democracia eleitoral é enquadrada por todo um arsenal de disposições jurídicas, de onde uma espinhosa questão: a dos relatórios, no meio da concorrência eleitoral, entre direito e prática, norma e desvio, lealdade e interesse. A estabilidade política permanece largamente tributária do diálogo nacional, a imagem da experiência das conferências nacionais que consagraram a democracia beninesa. A sociedade civil deve ser no meio deste diálogo entre as diferentes componentes da nação.

- A manutenção do diálogo político

O espaço sócio-político senegalês é marcado por uma heterogeneidade dos atores: os dirigentes no poder, os partidos da oposição e os movimentos da sociedade civil. Este último constitui a pedra angular do diálogo político entre os atores. O diálogo político deve se impor como instrumento privilegiado para resolver os problemas sociais e sentar uma democracia e um espa-

ço político aliviado. Deve ser permanente durante todo o processo eleitoral. Permite de evitar as crises inúteis pela busca do consenso e de evitar os desacordos. No Senegal, o RADDHO desempenhou um papel essencial que vai ao sentido da manutenção do diálogo político. Serviu de mediador durante o conflito que opôs o Presidente da República e o Presidente da Assembleia Nacional no seguimento da convocação das autoridades da ANOCI pela comissão das finanças da segunda instituição do país. A manutenção de relações consensuais entre estas duas instituições da República, é que mais benéfica para o bom funcionamento da democracia e o respeito do princípio da separação dos poderes, consagrada na constituição senegalesa de 2001.

O Raddho erigido em corrimão contra quaisquer eventuais irregularidades para as eleições locais que deviam ser organizadas no mês de maio de 2008. Perante o adiamento das eleições locais, decretado de maneira unilateral, o diálogo político no Senegal é revelado inexistente. A este adiamento das eleições pelo poder, acrescenta-se a dissolução de certas coletividades locais dirigidas por prefeitos dos partidos da oposição. Esta dissolução teve consequências ao plano social por manifestações dos militantes descontentes da decisão que não parece ter válida justificação. A democracia participativa sofreu as repercussões. O Encontro de Defesa dos direitos humanos se congratulou do comportamento do diálogo político entre o poder e a oposição, por ter trabalhado durante quase um ano, com outros parceiros no âmbito do Pacto republicano. O diálogo político cobre muito os aspectos positivos. Contribui para aliviar o clima político. Na África a maior parte do tempo a eleição deixa lugar um clima político tenso, com uma ausência total do mínimo diálogo entre atores. Este clima é pouco propício ao comportamento de eleições calmas, transparentes, livres e democráticas. Favorece violências pós-eleitorais que terminaram de minar a quase totalidade dos países africanos, sobretudo na África Ocidental.

A falta de diálogo entre os diferentes atores do jogo político, deixa prever eleições falsificadas antes do pleito. A consequência que decorre é as violências notadas após os votos, que se termina por importantes perdas em vidas humanas, estragos materiais incalculáveis, violências que põem a economia do país e as suas instituições ao caos. A relação da sociedade civil é mais que necessário para acalmar o conflito pré-eleitoral. As últimas eleições presidenciais organizadas no Quênia em 2008 são uma perfeita ilustração. O diálogo participa da restauração da confiança dos atores políticos em relação ao processo eleitoral. Os partidos da oposição continuam com suspeito, sobretudo quando falta o debate e contraditório no espaço político. No Senegal entre 1998 e 2000, os debates políticos conheceram uma potência subida com a supervisão do HCA (Alto comissariado de audiovisual). É o resultado destes diálogos que foram notadamente à origem da criação de Onel. Esta estrutura tinha por missão de supervisionar o processo eleitoral em todas as fases e de supervisionar que se desenrola em conformidade com a lei, de maneira a ga-

rantir aos eleitores e os candidatos em presença o livre exercício dos seus direitos. É assim que em caso de não respeito dos dispositivos legislativos e regulamentares relativos a uma autoridade administrativa, ela convidará esta a tomar as medidas corretivas necessárias e proporá se for o caso as sanções contra o funcionário ou o agente do Estado responsável. Ela podia se necessária, apreender os órgãos jurisdicionais competentes de tal incumprimento e que são cometidos pelos partidos políticos, os candidatos ou eleitores. Os membros da instituição, que são nove, foram escolhidos no consenso entre os senegaleses conhecidos para a sua independência, a sua integridade moral, sua honestidade intelectual, a sua neutralidade e a sua objetividade. A sociedade civil foi solicitada para preencher esta função altamente republicana. O advento de tal estrutura do diálogo permanente entre sociedade civil, poder e oposição conduziu o Senegal sobre um caminho certo que efetua à uma alternância aliviada e o triunfo da democracia.

Após o ano 2000, nota uma regressão do debate e diálogo político no Senegal. Esta falta de diálogo sobrecarregou fortemente o clima político destes últimos anos. Portanto uma gestão unilateral dos aparelhos ideológicos do Estado pelos únicos dirigentes do poder exacerba as críticas das oposições e honestos cidadãos muito ligados a democracia. Nota-se também as tomadas de decisões unilaterais sobre questões sensíveis que vão no sentido da vida política da nação: juntamente e separação das eleições, adoção do quarto que bloqueio, prolongação do mandato dos deputados, adiamento das eleições locais de maio de 2008 a março 2009, dissolução de certas coletividades locais substituídas por delegações especiais. Portanto o Senegal dá a impressão, após alguns anos gloriosos em matéria de democracia, de um Estado que funciona muito mais ao arbitrário, tendo recorrido mais pela força que de direito, devido à reação da justiça caracterizada pela irresponsabilidade. Raramente terá se visto em tantas decisões da justiça, sobre perguntas estratégicas e fundamentais, marcadas pela incompetência dos tribunais (prolongação do mandato dos deputados, processo do ex-presidente do Chade, exilado no Senegal, Hussein Habré, recursos da oposição relativa aos membros da CENA, violências feitas sobre líderes políticos; como o caso de Talla Sylla, por exemplo...).

A esse respeito urge de restaurar a dignidade, a independência e a imparcialidade da justiça, única garantia da existência de um Estado de direito. O diálogo político visa promover as boas decisões que permitem jogar limpo e acalmar os pontos de contenciosos e consolidar a confiança dos atores. Além disso, o diálogo favorece as condições de uma competição às armas iguais todos os domínios, mas também igual acesso dos partidos políticos (poder e oposição) aos meios de comunicação social públicos e privados, notadamente a televisão e o financiamento dos partidos representados na Assembléia nacional. Outras vantagens são também de encarar que vão ao sentido de dar crédito e despolitizar as instituições judiciais; supervisionando escrupulosamente

pelo respeito da separação dos poderes. Em fim é necessário reter que o diálogo permite suscitar o debate de idéias sobre os programas, as visões do mundo e as aspirações dos senegaleses em matéria de democracia. É a única maneira de evitar que a fraude tome conta o passo sobre a transparência e que a problemática do processo não oculta outras questões essenciais, entre as quais a refundação do Estado e suas instituições, de maneira a evitar as derivações sobre as quais a sociedade civil parece impotente e sobre as quais os cidadãos dissertam sem fim. O diálogo permanece o instrumento social de participação das populações no processo eleitoral e transversalmente a alavanca da emergência de uma consciência cidadã, fundamento de uma democracia participativa.

3. A sociedade civil perante aos desafios democráticos

Uma reflexão sobre as transições democráticas necessita antes de tudo, um mínimo de esclarecimento conceptual. Hoje em dia, a palavra “democratização” tornou-se um rótulo quase banal que damos a qualquer o que é bom e desejável para o público. Que entrada das faculdades esteja agora aberta à todos e concluimos por exemplo que os estudos universitários “democratizam-se”. É, no entanto, difícil de exprimir diferentemente quando se trata de considerar a passagem de uma forma de governo não democrático à uma outra, desta vez democrática no dado país. Neste caso preciso, o termo de democratização compreende-se por exceção no seu significado exato que é política. Refere-se ao processo do estabelecimento de um regime pluralista assim que seu resultado apreciado tanto a nível seu enraizamento duradouro que da sua autenticidade em matéria de respeito da vontade popular e os direitos humanos. Esta passagem para a democracia, é percebida sob o vocábulo de transição democrática, efetuou na maior parte dos Estados africanos em redor do ano de 1990 num contexto marcado pelo fim da bipolarização do mundo e, sobretudo o triunfo da democracia liberal.

- A sociedade civil como contra poder

Desde o início dos anos 90, na África Negra de língua francesa, a vida política assim entendida, cobre de uma parte os traços familiares porque próprios aos sistemas políticos democráticos e pluralistas como, por exemplo, o reconhecimento da competição eleitoral como modo de regulação do jogo político. De outra parte, ela apresenta elementos que participam dos processos de invenções democráticas próprias às sociedades africanas, traduzindo ao mesmo tempo a sua natureza de democracias emergentes e os momentos específicos de passagem de autoritarismo à

democracia, como, por exemplo, o fenômeno das conferências nacionais. Esta vida política é caracterizada assim por metamorfoses ou mutações surpreendentes, por exemplo, a irrupção de novos atores, como os meios de comunicação social privados, mas também como a contínua presença dos militares.

Como a democracia, a transição democrática é mesmo o tipo de conceito cujo percurso teórico reside ainda ambíguo e contraditório. Com efeito, este o que se qualifica sob o vocábulo de transição democrático fez-se o objeto dos vários estudos teóricos e suscitado esperanças há quase trinta anos com a queda da ditadura franquista na Espanha, o desaparecimento dos regimes militares na América Latina e, sobretudo, com o desmoronamento do bloco comunista e as ondas de abertura democrática na África nos anos 1990. Concebido no início para dar conta de uma maneira teórica da passagem para a democracia de um número crescente de países do Sul e do Leste durante os anos 1980 e isto, no meio das democratizações ibéricas, o conceito apresentava-se então, como contingente com limites espaço-temporais. Mas, com as ondas de democratização dos anos 1990 cuja maior parte rapidamente tem-se sufocado ou sofreu uma regressão, os “transitólogos” gradualmente têm estofado o conceito integrando uma dimensão temporal na análise do processo. A doutrina atual da transição democrática é orientada para a análise das suas consolidações com um acento específico posto sobre os fatores sociais internos e externos susceptíveis de influenciar o processo. A transição democrática se analisa, por conseguinte numa extensão progressiva do princípio de cidadania a um número mais vasto de participantes e/ou um campo político mais vasto na perspectiva de uma tomada de decisão coletiva ou por o intermediário dos representantes eleitos. Esta passagem se efetua em diferentes fases: eleições, consolidação e institucionalização.

A eleição presidencial de fevereiro - março de 2000 que terminou com a vitória do candidato Abdoulaye Wade no segundo turno constitui um caso completamente excepcional. Sob a vigilância do Observatório Nacional das Eleições (Onel), o órgão de regulação dos meios de comunicação social, e os observadores internacionais, como a francofônia, dos meios de comunicação sociais privados e públicos nacionais e estrangeiros. Esta eleição se desenrolou na concertação entre todos os atores do processo eleitoral, a calma e a democracia. Isto não significa que as melhorias não são trazidas à transição democrática. A esse respeito, as organizações da sociedade civil devem supervisionar o exercício do poder constituindo-se contra poder assim de evitar a gestão solitária do poder e de assegurar plenamente a participação total das populações. De acordo com o Professor Assane SECK, a sociedade civil permitiu a abertura democrática integral no Senegal e na África Ocidental. Ele nota que:

Toda agitação que se tomava assim violentamente aos barões não era que a expressão de abertura democrática que conhece o Senegal. Perante este acervo capital, deve-se reconhecer que se o partido único dá aos governantes uma perigosa ilusão da calma como a de caldeira ativa fechada (...), a democracia, fornece aos todos os meios de uma contestação salutar (SECK, 2005, p. 188).

Além disso, Alain Touraine retoma, em *Qu' est ce que la démocratie*, Ostrogorski precisando notadamente “*a função das políticas de massas numa democracia não é de governar, ela nem será provavelmente capaz... é sempre uma pequena minoria que governará, em democracia igualmente em autocrática. A propriedade natural de todo poder é de concentrar-se, é como a lei de gravitação da ordem social. Mas é necessário que a minoria dirigente seja tida em fracasso. A função das massas em democracia não é governar mas de intimidar os governantes*” (TOURAINÉ, 1994, p. 138). As elites, tomando as armas do colonizador, também tinham herdado ou reproduzido o modelo constitucional da metrópole colonial, mas privado do seu espírito e o seu contexto. Esta apropriação desajeitada favoreceu a entrada da África no autoritarismo sob as suas diferentes formas: (monopartidarismo, golpes do Estado militar, patrimonialismo, presidência à vida, etc.). Este autoritarismo encontrava a sua justificação na vontade dos primeiros líderes a construir o Estado-Nação e do projeto desenvolvimentista que sacrifica a verdadeira democracia, que é o poder do povo, sobre a mesa dos tiranos e dos ditadores liberais, socialistas e marxistas da pós-colônia.

É neste rodeio deste fracasso pós-colonial que os movimentos realmente democráticos e populares se revoltaram na maior parte dos países africanos a criarem os movimentos sociais procedentes da sociedade civil, das reivindicações. Estes movimentos são de verdadeiras forças sociais que servem contra poder. Estas contestações, na formulação política exigiram uma economia nacional sã e adaptada aos sistemas mundiais existente, uma boa governança, de novas instituições e a escolha livre dos seus representantes. Reclamam, por conseguinte a participação de todas as forças da nação na coisa pública. As organizações da sociedade civil erigiram-se contra poder entregando em questão os regimes ao seu lugar. Estes movimentos, rejeitando o constitucionalismo “dos pais da nação”, reclamam um Estado de direito e a democracia desde o dia seguinte das independências. A vida associativa contribui mais para fazer recuar o autoritário, a arbitrariedade e traduz-se em pressões eficazes em prol da democracia e a boa governança. Neste contexto político senegalês marcado por uma promoção da democracia e a boa governança, que se tornaram não somente condicionalidades das instituições financeiras internacionais, mas uma exigência social, a sociedade civil deve se erigir em quarto poder de modo que se realize este ideal de gestão democrático, e poder lutar contra as derivações institucionais que emanam que têm do poder.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A corrupção política que afeta fortemente a democracia geralmente vem de dentro dos partidos políticos. Diante da atual conjunção social no Senegal, caracterizada por um aumento acentuado da pobreza, expectativas de direitos humanos e má governança, os líderes políticos já não inspiram mais confiança nas massas populares. A longevidade dos líderes políticos (média de idade entre 70 e 85 anos) na frente dos seus partidos eventualmente minou as bases democráticas que devem governar o funcionamento destes últimos. Vem depois as brigas e crises de dentro que acabaram por relegar as preocupações das pessoas no segundo plano. Neste contexto de agitação interna, as organizações da sociedade civil devem desempenhar um papel salvador na proteção da democracia e no atendimento às demandas sociais. No Senegal, os partidos de oposição debilitados por essas crises não conseguiram construir um bloco confiável capaz de enfrentar o poder para garantir a democracia. Além disso, a falta de organização, as discussões internas de posicionamento que caracterizam os partidos da oposição senegalesa, levaram o chefe de Estado a qualificá-los, muitas vezes em seus discursos, "oposição de poltronas". Esta fórmula reflete o leve peso que estes representam para ele. Além disso, esta fórmula prova que o partido no poder liderado pelo chefe de Estado não está preocupado com a oposição. Isso provavelmente explica o neo-patrimonialismo encontrado na gestão do estado senegalês após a primeira alternância no poder em 2000 quando a oposição derrubou o partido que governou o país desde a independência.

O espaço político no Senegal sugere, por um lado, uma insatisfação das demandas sociais, mas também um retorno do neo-patrimonialismo, por outro lado, devido à fraqueza dos partidos de oposição. A corrupção que atingiu seu apogeu na seqüência da alternância em relação à transumância (mudanças de partidos frequentes) como observou a sociedade civil, enfraquece a democracia. A corrupção promove a satisfação do interesse próprio em detrimento do interesse coletivo. Além disso, o fórum civil, que é membro da Transparência internacional, é ilustrado na sua luta contra a corrupção. Ele conduz investigações e publica relatórios sobre o estado da corrupção no Senegal. Os estudos realizados pelo fórum civil são limitados à administração pública. Mas outras formas de corrupção existem em outros níveis da sociedade. É impossível falar de democracia sem oposição credível e republicana. Essa oposição deve ser um quadro permanente para a observação e avaliação das ações dos governantes. Também não há democracia sem o pleno envolvimento de todos os componentes da nação na gestão dos assuntos públicos. O gerenciamento participativo também é essencial no campo da democracia. Também é impossível imagi-

nar a democracia sem uma sociedade civil dinâmica, como Tocqueville afirma com tanta eloquência de que “não há democracia sem uma sociedade civil vibrante. Mas não existe uma sociedade civil dinâmica sem o compromisso pessoal dos cidadãos livres e responsáveis”.

Neste contexto político marcado pelo pluralismo e o fracasso dos partidos políticos em lidar com as preocupações dos cidadãos, não há dúvida de que o dinamismo da sociedade civil no Senegal se tornou um fator com o qual, qualquer estratégia de consolidação da democracia deve ser contada. Chegou o momento da reinvenção de uma sociedade civil capaz de constituir uma verdadeira contra-potência, um vetor de consciência. A sociedade civil no Senegal, independentemente dos partidos políticos, estabelece marcos permanentes de diálogo para estabelecer uma verdadeira democracia. A luta pelo fortalecimento e permanência da liberdade de expressão é um dado da luta pela democracia e pelos direitos humanos. Neste nível, o advento da imprensa privada do Senegal marcado e reconhecido na África e no mundo, é benéfico. A alternância é uma "experiência crucial" na política senegalesa, onde atinge a justiça democrática. Somente isso vai pôr fim à atual transição no resto da África, e isto é, indicará claramente que, finalmente, decidiu realmente tomar seu lugar no caminho da democracia, observado desde o início dos anos 90. É então, o grande desafio político a ser enfrentado em longo prazo contra os conservadores de todos os tipos, que em sua maioria têm seu centro no coração do poderoso, mecanismo do capitalismo monopolista internacional, onde inspiram, estruturam e participam de várias maneiras, e até mesmo o armação de certos golpes do Estado em alguns países da região oeste sem personalidade soberana e enfraquecidos pela má governança que chamou políticas de ajuste estrutural (políticas neoliberais) por causa da globalização positiva que, ao contrário, pressiona as ditaduras a deixarem, em particular pela condicionalidade da ajuda ao desenvolvimento – da democracia, entendida num sentido global que inclui todos os aspectos sob os quais os membros de uma sociedade estão chamados a prosperar ou todos os direitos a que aspiram. Sem a vocação de conquistar o poder, a sociedade civil senegalesa deve intensificar a sua sensibilização para estabelecer o culto e a cultura democrática nesse país, muitas vezes tomado como exemplo na África e no mundo.

REFERÊNCIAS:

AGUESSY, Dominique. **Pouvoirs et Démocratie à l'épreuve du syndicalisme**. Dakar: Publié par le Bureau Régional de l'UNESCO à DAKAR, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARON, Raymond. **Démocratie et totalitarisme**. Paris: Gallimard, 1965.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BURDEAU, George. **La démocratie**. Paris : Seuil, 1956.

COPANS, Jean. **La longue marche de la modernité africaine. Savoirs, intellectuels, démocratie**. Paris: Kartala, 1990.

COULIBALY, A. L. **Une démocratie prise en otage par ses élites. Essai politique sur la pratique de la démocratie au Sénégal**. Dakar: Sentinelles, 2006.

COUTINHO, C. Gramsci e a sociedade civil. Sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 10/08/2017.

COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, C. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DAHL, Robert. **De la démocratie**. Paris: Nouveaux Horizons, 1998.

DALLARI, D. **O futuro do Estado**. São Paulo: Moderna, 1980.

DALOZ, Jean Pascal; QUANTIN, Patrick. **Transitions démocratiques africaines**. Paris: Kartala 1997.

DIA, Mamadou. **Echec de l'alternance au Sénégal et crise du monde libéral**. Paris: L'Harmattan, 2005.

DIAGNE, O. L'intellectuel et la société civile. **Revue Sénégalaise de Sociologie**, Université Gaston Berger, Saint-Louis, p. 20-25, 2000.

DIOP, Alioune Badara. Espace électoral et violence au Sénégal. **Africa développement Codesria**, vol 26, n° 1-2, p. 145-193, 2001.

DIOP, Momar Coumba. **Le Sénégal contemporain**. Paris : Kartala, 2002.

DIOUF, Mamadou. Libérations politiques ou transitions démocratiques: perspectives africaines. In: **Nouvelles Pistes, Codesria**, Dakar, 1998.

EBOUSSI-BOULAGA, Fabien. **Les conférences nationales en Afrique noire, une affaire à suivre**. Paris: Kartala, 1993.

FULGA, Gheorghe. **Connaissance sociale et pouvoir politique**. Paris: l'Harmattan, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

-
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LAFARGUE, Jérôme. **Contestation démocratiques en Afrique**. Paris: Kartala, 1996.
- LECA, Jean. La démocratie à l'épreuve des pluralismes. **Revue Française de Science Politique**, 1996, Volume 46, Numéro 2.
- MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Editions sociales, 1957.
- MEDARD, Jean François. (études réunies par). **Etats d'Afrique noire. Formation, mécanismes et crise**. Paris: Kartala, 2000.
- MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, Violência e Injustiça: O Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NARE, Christine Zoé. Être femme intellectuelle en Afrique: de la persistance culturelle. **Afrique et développement**, vol. 22, No. 1, Le genre revisité, p. 65-78, 1997.
- NGAKOUTOU, Thimotée. **Femmes africaines et démocratie**. Dakar: UNESCO, Bureau régional de Dakar, 1995.
- OLIVIER, I. **Le vote**. Paris: Montchrestien, 2000.
- SECK, Assane. **Sénégal, émergence d'une démocratie moderne 1945-2005, un itinéraire politique**. Paris: Kartala, 2005.
- SEYE, Ousmane. **Pour une définition de la société civile**. Sud W.E. n° 1164, du 22/02/1997.
- TOURAINÉ, Alain. **Lexique de politique**. Paris: Dalloz, 2001, 7^e édition.
- TOURAINÉ, Alain. **Qu'est ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.